



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O HOMO AD-MINISTER QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO

COMMON HOME: THE HOMO AD-MINISTER WHO MANAGES CREATION

CASA COMÚN: EL HOMO AD-MINISTRO QUE GESTIONA LA CREACIÓN

Odirlei Arcangelo Lovo¹

e412611

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i1.2611>

PUBLICADO: 01/2023

RESUMO

Está é uma pesquisa narrativa que apresenta que Deus criou o ser humano à sua imagem e semelhança, criou-o no amor, para que houvesse na criação um administrador que cultiva e guarda o Jardim, nossa Casa Comum e, assim, serem fecundos e prolíferos. A Criação é necessitada de desenvolvimento, e neste sentido, o ser humano participa da criação de Deus, edificando-se à imagem e semelhança que recebera na Criação. A narrativa sobre o ser humano administrador e cocriador da obra de Deus, baseia-se nos documentos da Doutrina social da Igreja e nos documentos que elucidam a vida e vivência da família 'moral familiar'. Pontua-se nas dimensões de sociabilidade, de economicidade e de parentalidade, sustentando que essa é a base para que o a pessoa seja o *homo ad-minister*. Saliencia-se que, se é chamado a dominar a criação, zelando, conhecendo, cultivando e guardando seus recursos, belezas e mistérios, isto é, exercer o domínio que possibilita ser o senhor da casa comum, o administrador da obra de Deus. Neste sentido, cuidar da natureza, a criação, é ato de amor à própria vida, projeto de Deus.

PALAVRAS-CHAVE: Essência Administrativa. Parentalidade. Economicidade. Sociabilidade. Subsidiariedade.

ABSTRACT

This is a narrative research that shows that God created the human being in his image and likeness, created him in love, so that there would be in creation an administrator who cultivates and guards the Garden, our Common Home and, thus, be fruitful and prolific. Creation needs development, and in this sense, human beings participate in God's creation, building themselves up to the image and likeness they received in Creation. The narrative about the human being, administrator and co-creator of God's work, is based on the documents of the Social Doctrine of the Church and on the documents that elucidate the life and experience of the family 'family morals'. It is scored in the dimensions of sociability, economy and parenting, sustaining that this is the basis for the person to be the homo ad-minister. It is emphasized that one is called to dominate creation, caring for, knowing, cultivating and guarding its resources, beauties and mysteries, that is, exercising the dominion that makes it possible to be the lord of the common home, the administrator of God's work. In this sense, caring for nature, creation, is an act of love for one's own life, God's project.

KEYWORDS: Administrative Essence. Parenting. Economy. Sociability. Subsidiarity.

RESUMEN

Se trata de una investigación narrativa que demuestra que Dios creó al ser humano a su imagen y semejanza, lo creó en el amor, para que en la creación hubiera un administrador que cultivara y custodiara el Jardín, nuestra Casa Común y, así, sea fecundo y prolífico. La creación necesita desarrollo, y en este sentido el ser humano participa de la creación de Dios, edificándose a sí mismo a la imagen y semejanza que recibió en la Creación. El relato sobre el ser humano, administrador y co-creador de la obra de Dios, se fundamenta en los documentos de la Doctrina Social de la Iglesia y en los documentos que dilucidan la vida y experiencia de la familia 'moral familiar'. Se puntúa en las

¹ Professor na UNIR - Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Teologia pela PUC/PR. Mestre em Administração pela FEAD/MG. Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAP. Graduado em Ciências Contábeis pela UNIR.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O HOMO AD-MINISTER QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

dimensiones de sociabilidad, economía y crianza, sustentando que esta es la base para que la persona sea el homo administrador. Se enfatiza que se está llamado a dominar la creación, cuidando, conociendo, cultivando y custodiando sus recursos, bellezas y misterios, es decir, ejerciendo el dominio que hace posible ser el señor de la casa común, el administrador de la obra de Dios. En este sentido, el cuidado de la naturaleza, de la creación, es un acto de amor a la propia vida, proyecto de Dios.

PALABRAS CLAVE: *Esencia Administrativa. Crianza de los hijos. Economía. Sociabilidad. Subsidiariedad.*

INTRODUÇÃO

Serão apresentadas questões sobre a ação humana, no sentido de explorar a essência administrativa, enquanto práxis de vida e vivência. O ser humano é ser em sociabilidade, por isso, o mandado de Deus acontece em família, ou seja, em seu sentido de humanidade. Segundo Lovo (2021), a esponsalidade com o Criador propõe a vida humana, o propósito para qual toda a obra de Deus é orientada. Sendo assim, o ser humano realiza-se, enquanto Imagem e Semelhança de Deus, à medida que administra e cocria o reino. Há de se pontuar que o amor à Deus, que é Pai, propulsa, no ser humano, o sentimento de ser amado, de ser filhos e que, por ser filhos, se eleva a ser o ato administrativo de Deus na criação.

Ser filhos está para o ato de cultivar e guardar a Criação, sentir-se amado e disposto a administrar e cocriar os mistérios de Deus. Cuidar da natureza é um ato de amor a Deus, não se fala em ativismo patológico, mas um equilíbrio prudente que contribui para o envolvimento e progresso das possibilidades humanas.

O mistério de sentir-se filhos de Deus, construtores e administradores da obra, é um ato que faz do domínio um ato de amor, então o domínio não se faz enquanto um ato de posse e/ou possessividade, mas uma atitude de amor que propicia administrar o que se tem para que se possa sentir a presença de Deus, mediante o ato da criatura que é criada à imagem e semelhança de Deus.

A pesquisa formou-se na afirmativa, na associação e na inter-relação, metodológica, versando o limiar da Teologia e da Administração. Fazer, segundo a vontade de Deus – esponsalidade, significa administrar a criação e, por isso, há práxis teológica e, à medida que se faz teologia, compreende-se como administrar a Criação e, neste sentido, subentende-se que “a vida que Deus oferece ao homem, é um dom, pelo qual Deus participa algo de Si mesmo à sua criatura” (JOÃO PAULO II, 2017, Nº 34).

Eis que “lahweh Deus tomou o homem e o colocou no jardim de Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2,15). Sendo dever do ser humano cultivar a Casa Comum, insere-se o momento posterior, a necessidade de administrar e cocriar. Administrar e dar significado, sentido e possibilidades ao que existe, avançando sobre o que não é possibilitado, mas que se alça em ser possibilitado, no futuro, pela ação humana, mediante a essência administrativa.

O humano sempre se desenvolve, mediante a essência administrativa e se torna ato administrativo de Deus na criação. Enseja-se que a esperança é constitutiva da ação necessária em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

perspectiva do reino esperançado, é preciso compreender que “a interpretação correta do conceito de ser humano como senhor do universo é entendê-lo no sentido de administrador responsável” (FRANCISCO, 2015, nº 116).

Diante do que se apresenta em epígrafe, procurou-se a elucidação de questões que estão relacionadas ao ser humano, vertendo-se a compreendê-lo como administrador da obra de Deus. Mediante os procedimentos metodológicos, conduziu-se às possibilidades, às interpretações e às informações, na afirmativa que “uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores” (BRUNER, 2002, p. 46).

A narrativa tem por finalidade explorar, aprofundar e dar respostas às particularidades, onde a realidade não pode, ou não deve ser quantificada, particularizando ainda que, “Uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias” (CLANDININ; CONELLY, 2011, p. 18).

Para explorar o universo dos significados, das aspirações, das crenças, dos valores e práxis humana, utilizou-se, para a narrativa, dois núcleos fundamentais de dados, textos e informações, a saber: os documentos que constituem a (DSI) – Doutrina Social da Igreja; e os documentos que elucidam o projeto, a vivência e a dinâmica familiar, segundo a igreja católica. O uso desses dois núcleos tem por base, sua universalidade, isto é, são documentos que se destinam a toda a humanidade, diante dos dons de cada pessoa.

1. DISCUSSÃO E RESULTADOS

1.1. DEUS CRIOU O MUNDO EM AMOR À CRIATURA UNGIDA

O ser humano é, em esponsalidade com o Criador, o administrador e cocriador, em família, da obra de Deus, de modo a perceber o chamado à parentalidade no “Façamos o humano à nossa Imagem, como nossa semelhança” (cf. Gn 1,26) e na responsabilidade do mandado de “enchei a terra e submetei-a” (cf. Gn 1,28).

O mandado a dominar a terra não é um mandado desordenado, individualista, destrutivo, mas um mandado que se mantém em perspectiva de que a humanidade deve zelar da Casa Comum – “cultivar e guardar o Jardim” (cf. Gn 2,15) em família. A criatura humana é feita à imagem e semelhança de Deus, é preciso edificar-se o reino esperançado à vida humana e, nesse sentido, em cada concepção Deus diz “este é meu filho amado” (Mt 3,17).

A responsabilidade com dignidade de pessoa pode ser sintetizada na indagação que o Criador fez a Caim, “Onde está teu irmão?” (cf. Gn 4,9). A responsabilidade humana avança por perscrutar a vida e a vivência de toda pessoa, suas lutas e desafios, neste sentido “Desobedecer a Deus significa furtar-se ao seu olhar de amor e querer administrar por conta própria o existir e o agir no mundo” (JOÃO PAULO II, 2004, nº 27) e é sob esta perspectiva que se afirma ser a essência administrativa decorrente de esponsalidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

É em família, diante do planejamento da parentalidade, que se forma um ciclo de redenção das diversas relações existentes, um administrar segundo a vontade de Deus. É basilar a responsabilidade de cada pessoa na formação da sua própria consciência, porque é preciso possibilitar a consciência de que ela é concebida à imagem e semelhança de Deus, isso é possibilitar a compreensão da Casa Comum, onde se edifica em livre-arbítrio, pois “No matrimônio e na família constitui-se um complexo de relações interpessoais – vida conjugal, paternidade-maternidade, filiação, fraternidade – mediante as quais cada pessoa humana é introduzida na ‘família humana” (JOÃO PAULO II, 1981a, nº 15).

A restrição ao mandado se propõe pela proibição de se apossar do que há de proibido no Jardim (cf. Gn 2,17); sugere-se, também, que é tornar algo proibido no jardim, inserindo-se o ambiente de vida – Casa comum – como um desafio à economicidade, à sociabilidade e à parentalidade humana, visto que, “O meio-ambiente natural das pessoas não pode ser entendido isolado do meio-ambiente social. Aqueles processos que interferem de forma destruidora no meio-ambiente natural têm suas origens nos processos econômicos e sociais.” (MOLTMANN, 1993, p. 47).

A relação com cada pessoa deve ser pensada sob a perspectiva da indagação de Deus: — “Que fizeste?” (cf. Gn 3,13). É imprescindível a necessidade de que o ser humano desenvolva a cultura do encontro que semeia a fraternidade entre os povos de diversas culturas, reconhecendo-se como carne da mesma carne e ossos dos mesmos ossos.

Há que se ressaltar a pergunta, que se pontua como afirmativa: “Que fizestes?!” (cf. Gn 4,10) que exemplifica tudo o que já foi feito e edificado, enquanto cultura, valores e crenças, mas que tais elementos precisam formar o povo de Deus, capaz do encontro e da fraternidade com outros povos. Assim se é sempre chamado a ser criaturas unguidas, segundo a esponsalidade com o Criador.

Portanto, é a práxis que está sendo realizada, e mais que observar o ‘Que fizeste’ é planejar o que se faz e o que se haverá de fazer, e isso é possível mediante a essência administrativa, porque “o que acontece na terra, toca o céu: o fato de Caim ter assassinado seu irmão ‘clama aos céus’, e existe ‘alegria no céu quando um pecador se arrepende” (MOLTMANN, 1993, p. 266).

A criatura humana é concebida à imagem e semelhança de Deus. A concepção é o agir/epifania de Deus, na biologia da pessoa está inscrita a genealogia humana em Deus. O ser humano, criado por Deus no chamado a Si e no mandado de Si, é na criação, o ato administrativo e amoroso que conduz a criação à plenitude em comunhão.

O diálogo que sustenta a comunhão e o desenvolvimento remete ao fato de que “onde estiverem dois ou três falando em meu nome, ali estarei” (Mt 18,20) e que Cristo está à direita de Deus, e “porque está sentado à direita de Deus, ele pode cumprir sua promessa final: ‘eis que estarei com vocês sempre, até o término dos tempos, (Mt, 28.20)” (SPONHEIM, 1987, p. 537) para chegar à conclusão de que, “A direita de Deus se refere ao poder de Deus para encher o céu e a terra; refere-se à onipotência e majestade real; é o domínio eficaz pelo qual Deus está em toda parte governando, controlando e administrando todas as coisas.” (SPONHEIM, 1987, p. 537).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

Na administração e cocriação da obra de Deus o ser humano celebra a própria unção no reino de Deus. Não se está falando da obra humana em si, mas da esponsalidade com o Criador, práxis que edifica o reino. A verdade que deve levar o ser humano a formação de sua própria consciência é a de que, “o homem, criado à imagem de Deus, participa mediante o seu trabalho na obra do Criador e, num certo sentido, continua, na medida das suas possibilidades, a desenvolvê-la e a completá-la” (JOÃO PAULO II, 1981b, nº 25).

A formação da consciência de pessoa é sempre mistério e esponsalidade; com isso cada comunidade deve se ater em indicar aos filhos, os valores de cada situação, e formá-los para que possam decidir livre e conscientemente. Possibilitar a formação da consciência de pessoa é proporcionar a cada vida humana, a possibilidade de significar a Criação de Deus e, com isso, tornar-se um ato de louvor, de agradecimento para e inserir-se no mistério de administrar e cocriar a obra de Deus.

Salienta-se que é preciso superar a emblemática do fruto proibido, para compreender também o que há de proibido em cada fruto e, assim dar possibilidades de que se percebam os valores de cada situação. “O mandado de crescer e de multiplicar-se, dirigido desde o princípio ao homem e a mulher, atinge dessa maneira a sua plena verdade e a sua integral realização” (JOÃO PAULO II, 1981a, nº 15).

O humano é convidado ao chamado de ser administrador e cocriador do reino, de tal modo que a práxis de cada pessoa edifica a si, o próximo e o reino. É notório que o fazer não acontece em plenitude, mas promove a práxis de plenitude, possibilitando que cada pessoa se possa ver sob novas possibilidades, como um ser a caminho.

A sociabilidade humana permite ser livre e interdependente, de tal modo que as pessoas “possam ser conduzidas pacientemente mais além, atingindo um conhecimento mais rico e uma integração mais plena deste mistério na sua vida” (JOÃO PAULO II, 1981a, nº 9), sentido em que cada pessoa é única no Reino, onde Deus será tudo em todos, para que todos sejam um.

1.2. OS FILHOS DO AMOR

Uma exigência para com a vida humana em sociedade, é que cada filho possa ser concebido e acolhido com amor e carinho e isso implica os recursos necessários para seu desenvolvimento. Nesse caso, é um direito que deriva da dignidade de pessoa, em que “a vitalidade e o equilíbrio da sociedade exigem que os filhos venham ao mundo no seio de uma família e que esta seja estavelmente fundada no matrimônio” (JOÃO PAULO II, 1987, nº II, A, nº 1).

É enfático que o direito de um filho nascer no amor que floresce na conjugalidade, de pai e mãe, não pode ser convertido na obrigação de que os filhos tenham pai e mãe. Quando se fala da unipluralidade de culturas, fala-se da “assembleia ao mesmo tempo visível e espiritual, uma sociedade que perdura no tempo; ela recolhe o passado e prepara o futuro” (JOÃO PAULO II, 2004, nº 149), e é sempre gerida mediante a essência administrativa, aliviando as não realizações da verdade na vida e vivência humana.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

O direito de um filho ser acolhido por pai, mãe e toda sociedade, não pode constituir-se no direito de a sociedade cobrar dos filhos “que venham ao mundo no seio de uma família e que essa seja estavelmente fundada no matrimônio” (JOÃO PAULO II, 1987, nº II, A, nº 1). Não é que o presente seja diferente para as pessoas, mas a essência administrativa permite ao ser humano, ser portador de fragmentos da eternidade ainda no tempo – *chronos*, à medida que dá *kairós* ao *chronos*.

Quando os indivíduos se põem a cobrar dos filhos o que deveriam estar proporcionando aos filhos, se põem a causar dores e traumas, de forma que o desejo de conquista torna o ser humano, imagem e semelhança das próprias posses e, se distanciando da vontade de Deus, tornamo-nos o pó da terra. Por isso, “o chamado para a frente é um chamado através das estruturas da vida criatural, e não um chamado para retirar-se delas sob a inspiração da redenção” (SPONHEIM, 1987, p. 440).

Constitui-se na relação conjugal de varão e da mulher, o sacrário da vida humana. O ato amoroso, entre varão e mulher, constitui a unidade primeira da família humana. Contrapõe-se à essência administrativa o excesso de luta para conquistar/apossar-se, em vez de administrar. Deixa-se a esponsalidade com o criador para construir um projeto que diverge do reino de Deus.

Na sexualidade consciente e amorosa, de varão e mulher, os cônjuges se tornam capazes de possibilitar a continuidade da vida humana, no gesto de amor, afeto, fraternidade e comunhão. Aqui não se está atribuindo sacralidade à realização da potência de ter filhos, mas à atitude de ser pai e mãe na conjugalidade do casal. Trata-se da capacidade de ter filhos, que não se dissocia da capacidade de ser pai e mãe; visualiza-se a sacralidade diante da presença, potência e ciência do que se é ser pai e mãe em esponsalidade com o Criador.

Salienta-se que o fruto da potência ter filhos é e será sempre amado por Deus, independente da realização amorosa do ato de sexualidade. Portanto, falar de parentalidade e família humana é estar apto a reconhecer os processos biológicos que possibilitam a concepção, e realizá-los conscientemente. Sanches *et al.*, (2015, p. 27) enfatizam que: “Os projetos de parentalidade podem ter diferentes conteúdos e métodos, mas necessariamente demonstram um padrão ético diferenciado, pois exigem uma tomada de consciência dos processos que envolvem a reprodução humana, o que significa a superação do ‘ter filhos sem pensar o assunto’”

Falar sobre sexualidade não está para o fato do filho que é concebido, mas para a essência administrativa, que possibilita o humano ser à imagem e semelhança de Deus, sentido em que a sexualidade e a conjugalidade fundam-se na alegria e no “ato da vontade livre, destinado a manter-se e a crescer, mediante as alegrias e as dores da vida cotidiana, de tal modo que os esposos se tornem um só coração e uma só alma e alcancem juntos a sua perfeição humana” (PAULO VI, 1968, nº 9). Neste sentido, é necessário preconizar que,

Para satisfazer às exigências da justiça e da equidade, é necessário esforçar-se energeticamente para que, respeitando os direitos das pessoas e a índole própria de cada povo, se eliminem o mais depressa possível as grandes e por vezes crescentes desigualdades econômicas atualmente existentes, acompanhadas da discriminação individual e social. (PAULO VI, 1965, nº 66).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

O humano torna-se o ato administrativo de Deus no mundo, e compreendendo a si mesmo, cada pessoa é capaz de dar continuidade à vida. A relação conjugal, “É, antes de mais, um amor plenamente humano, quer dizer, ao mesmo tempo espiritual e sensível. Não é, portanto, um simples ímpeto do instinto ou do sentimento” (PAULO VI, 1968, nº 9). É preciso compreender a conexão com as criaturas e a função de possibilitar espaço e tempo adequado para o desenvolvimento da própria criação.

Não há tempo para se prender ao passado ou ao futuro, é momento em que a memória, o presente, a expectativa se prospecta na escolha e realização do futuro – um caminhar em direção do bom, do belo e do verdadeiro. Mediante a essência administrativa se é possibilitado ao ato de amor que expressa a íntima relação com o Criador na edificação do futuro esperado. O humano é chamado a satisfazer as necessidades e as possibilidades, com vistas aos subsídios disponíveis, de forma a não comprometer o mandado de cultivar e guardar a criação.

1.3. FILHOS: O ESTADO E O TRABALHO

A esponsalidade com o Criador possibilita o planejamento, a família humana é despertada para a perspectiva do reino de Deus, e o casal pode então dizer com Deus “Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem” (cf. Gn 1,26). Compreende-se que, da mesma forma que o ser humano é ‘feito’ no mandado e em uma pluralidade, o ‘domínio’ a ele conferido também é plural “que eles dominem” (cf. Gn 1,26) para que, assim, possa haver a correspondência e alteridade entre as pessoas, sua sociabilidade por sinal.

E nessa pluralidade que também se compreende a liberdade, de um ser social, e sobre a qual se constitui a comunhão de vidas humanas. Sob a concepção de uma liberdade social, é notório que “a natureza social do homem torna claro que o progresso da pessoa humana e o desenvolvimento da própria sociedade estão em mútua dependência” (PAULO VI, 1965, nº 25).

Administrar a criação é permitir que outras pessoas existam em unidade, havendo, então uma unipluralidade. É justa a afirmativa de que “a caridade não é uma junção posterior, como se fosse um apêndice ao trabalho já concluído das várias disciplinas, mas dialoga com elas desde o início” (BENTO XVI, 2009, nº 30).

É preparar para compartilhar de algo que ainda não se tem, o conceito de partilha deve preceder o ter, e o ter deve se valer pela disponibilização e não no direito irrestrito de uso, mas para tornar-se capaz de responder à própria vocação. A sociabilidade humana possibilita a comunhão, de modo que a vida social não é “algo de adventício ao homem, este cresce segundo todas as suas qualidades e torna-se capaz de responder à própria vocação, graças ao contato com os demais, ao mútuo serviço e ao diálogo com seus irmãos” (PAULO VI, 1965, nº 25).

Sob a perspectiva de parentalidade, é possível enfatizar que não se educam filhos avarentos para viver a vida cristã, mas se é capaz de educar filhos cristãos para viver e transformar uma sociedade avarenta, soberba, e consumista, ainda que “Não apareça a inteligência e depois o amor: há o amor rico de inteligência e a inteligência cheia de amor” (BENTO XVI, 2009, nº 30).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

Prosperidade participativa e compartilhada é significar as coisas para que essas subsidiem o viver humano, notório que Deus “destinou a terra e tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e de todos os povos, de sorte que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade” (JOÃO PAULO II, 2004, nº 171).

É fundante saber que “os cristãos não deveriam ter medo do diálogo com outras religiões. As religiões fazem parte do contexto universal no qual a verdadeira identidade de Jesus tem que encontrar nova expressão” (BRAATEN, 1987, p. 546). Sobre a expressão compreende-se a práxis de vida e vivência do ser humano que subsidia a relação com o próximo, com a criação e com Deus, não se trata de ideologias ou defesas, mesmo porque, “Deus não precisa de nenhuma defesa, mas nossas formulações e compreensões certamente precisam” (SPONHEIM, 1987, p. 271).

O humano cocria e administra a obra de Deus, tendo por base a Criação, e sob esse princípio se baseia o fato de que “a origem primeira de tudo o que é bem é o próprio ato de Deus que criou a terra e o homem, e ao homem deu a terra para que a domine com o seu trabalho e goze dos seus frutos (cf. Gn 1,28-29)” (JOÃO PAULO II, 2004, nº 171), todavia os frutos não devem se tornar proibidos ao próximo,

E então, eis o quadro: há aqueles — os poucos que possuem muito — que não conseguem verdadeiramente ‘ser’, porque, devido a uma inversão da hierarquia dos valores, estão impedidos pelo culto do ‘ter’; e há aqueles — os muitos que possuem pouco ou nada — que não conseguem realizar a sua vocação humana fundamental porque estão privados dos bens indispensáveis. (JOÃO PAULO II, 1987, nº 28)

Segundo Lovo (2020), ao mesmo tempo em que o humano é com outro e, por isso, é em sociabilidade e alteridade, é preciso que haja comunhão de vidas, ou seja, é a partir de uma cultura, ambiente de vida e vivência que cada pessoa se vê em correspondência e alteridade com o outro e se desperta para o elo de ser família humana. A vida e vivência é a jornada formadora dos filhos de Deus, como pessoas livres e conscientes.

Quando se fala da nação dos filhos de Deus, enfatiza-se uma nação sem limites geográficos, uma nação alicerçada pela amplitude do amor. O Estado não demarca os limites da ação humana, devendo, as estruturas sociais, contribuir para desenvolver a cultura de amor e encontro fraterno, local onde as pessoas se põem ao serviço do necessitado, em busca de subsidiar as nações, pessoas, menos desenvolvidas.

A compreensão da cultura, também, da estrutura social que abarca inclusive o Estado, é de suma importância, porque é desse Casa Comum que se faz o educar das pessoas, “embora entre os homens haja justas diferenças; a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas” (PAULO VI, 1965, nº 29), pois não é possível sentir-se mais estadista/nacionalista do que humano, com efeito, “as excessivas desigualdades econômicas e sociais entre os membros e povos da única família humana provocam o escândalo e são obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e, finalmente, à paz social e internacional” (PAULO VI, 1965, nº 29).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

A essência administrativa que torna o humano capaz de ser resposta à própria vocação, o faz ser *minor* para ser com o outro (*ad*) e tornar-se um *ad-minister* – administrador, conforme a vontade do Criador; por isso, “o comportamento da pessoa é plenamente humano quando nasce do amor, manifesta o amor, e é ordenado ao amor” (JOÃO PAULO II, 2004, nº 580).

A família é imagem e reflexo de amor, o Papa Francisco (2016) aponta que “no início do Salmo 128, o pai é apresentado como um trabalhador que pode, com a obra das suas mãos, manter o bem-estar físico e a serenidade de sua família: ‘comerás do fruto do teu próprio trabalho’” (FRANCISCO, 2016, nº 23). É também com o fruto do trabalho e da evangelização que os filhos de Deus alimentam a esperança de todos os povos, de aprender e desenvolver meios, para se alimentarem e se colocarem à serviço da família humana.

O filho é o encontro esperançado, de tudo o que há em si, quanto ao conjunto de relações que predispõe a constituir-se em relação de parentalidade, “desse modo os cônjuges, enquanto se doam entre si, doam para além de si mesmo a realidade do filho, reflexo vivo do seu amor, sinal permanente da unidade conjugal e síntese viva e indissociável do ser pai e mãe” (JOÃO PAULO II, 1981a, nº 14).

1.4. EDUCAR OS FILHOS NO PROJETO DE AMOR À CRIAÇÃO

É preciso louvar e agradecer a Deus, por seu gesto de amor, de criar do nada tudo o que possibilita a pessoa ser à Sua imagem e semelhança. A esponsalidade com o criador exponencia o ser humano à essência administrativa, possibilita reconhecer o que há de proibido em cada fruto e fomentar o melhor reino possível na contingência do reino em desenvolvimento.

Entre angústias e esperanças edifica-se a vida humana, na contingência do Reino, para continuar a jornada de cocriadores e administradores da criação. Nesse sentido, “qualquer que seja o progresso técnico e econômico, não haverá no mundo justiça nem paz, enquanto os homens não tornarem a sentir a dignidade de criaturas e de filhos de Deus, primeira e última razão de ser de toda a criação” (JOÃO XXIII, 1961, nº 214).

Todo o conhecimento, toda a ciência se fazem e são inteiramente dependente da criação de Deus; o conhecer humano é o exercer a responsabilidade de ser o administrador e cocriador. A dignidade de pessoa está para o Si de Deus ao húmus da terra, isto é, a concepção de ser à imagem e semelhança de Deus Criador. O Si de Deus, habita o íntimo humano, tornando-nos administradores e cocriadores.

Assim, o chamado a “sedes fecundos, multiplicai-vos” (Gn 1,28), é compreendido e realizado na parentalidade, unidade primeira da família humana. O matrimônio deve ser pensado em harmonia com um projeto socioeconômico, onde se desenvolve o patrimônio, e deste modo o matrimônio e o patrimônio do casal é um estar a serviço de Deus.

Então, se falta força para gerir de forma digna o sustento, as condições de educação e vivência comunitária, diz-se que falta ao projeto de parentalidade, a esponsalidade com o Criador. Falta ao matrimônio, o patrimônio necessário, quando se enfatiza o ser humano cocriador e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

administrador, se fomenta que o ser humano tem, e deve ter, por basilar, as coisas deixadas por Deus para o desenvolvimento de cada pessoa, bem como da unidade humana.

A essência administrativa é práxis, por ser decorrente de esponsalidade com o criador, que continua sua criação, até a consumação/finalidade do tempo, “nova criação (‘creatio nova’)” (MOLTMANN, 1993, p. 300). Quando se pontua a esponsalidade, aponta-se para a unidade essencial de Deus com Cristo, relação circumincetiva, pericorética, que “se manifesta no amor ilimitado de Jesus por Deus e em sua absoluta dedicação em representar o amor incondicional de Deus pelo mundo” (SPONHEIM, 1987, p. 524).

Todavia, qualquer projeto de parentalidade, que se caracterize por negligenciar o próximo, é uma ofensa a Deus. Não se trata do fruto desse projeto ‘a prole’, mas a forma/gênero como é apresentada a criação de Deus a esse filho, e esse filho à criação de Deus. Dar e/ou formar a consciência de pessoa é possibilitar que cada ser humano possa compreender o mistério ao qual se é chamado a administrar e cocriar, o reino de Deus.

A parentalidade não é um projeto abstrato, regrado por leis, direitos e conceitos, há no humano a essência administrativa, que é práxis, assim seus projetos são regrados por amor, que abarca, por sua vez leis, direitos, afetos, educação, acompanhamento e o discernimento de conceitos, se o amor não é a base não há desejo de agir, o projeto de Deus se torna obsoleto.

Quando este, criado ‘à imagem de Deus... varão e mulher’, ouve as palavras ‘Prolificai e multiplicai-vos enchei a terra e submetei-a’, mesmo que estas palavras não se refiram direta e explicitamente ao trabalho, indiretamente já lho indicam, e isso fora de quaisquer dúvidas, como uma atividade a desempenhar no mundo. (JOÃO PAULO II, 1981b, nº 4).

É o agir humano que possibilita compreender a Graça e a providência divina, é a essência administrativa que possibilita a pessoa ser partícipe da própria ação do Criador do universo, e com isso se é o ato administrativo de Deus no mundo, “No desempenho de tal mandato, o homem, todo e qualquer ser humano, reflete a própria ação do Criador do universo” (JOÃO PAULO II, 1981b, nº 4) e, aventurando-se neste pensamento apresenta-se que, “A promoção de uma autêntica e madura comunhão de pessoas na família torna-se a primeira e insubstituível escola de sociabilidade, exemplo e estímulo para as mais amplas relações comunitárias na mira do respeito, da justiça, do diálogo, do amor.” (JOÃO PAULO II, 1981a, nº 43).

O existir e a comunhão não devem se tornar situações distintas; cada cultura deve prezar pelas relações que promovam o desenvolvimento participativo e compartilhado. Toda cultura deve promover a vida e vivência de cada pessoa, de forma a cultivar o desejo de encontrar e estar em comunhão com o próximo, com o desconhecido, cujos elementos prediz uma pessoa capaz de desenvolver a unidade do reino esperado por Deus, as vidas humanas.

Liberdade social implica reconhecer que há direcionamento à sociabilidade, na atitude de quem além de si, vê no próximo sua imagem e semelhança, a tal ponto que se é possível afirmar que “Semelhança de Deus não pode ser vivida isoladamente, mas apenas em comunhão humana. Por isso, a pessoa é, desde o início, um ser social” (MOLTMANN, 1993, p. 321),



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

O conjunto de políticas, culturas, estruturas socioeconômicas e relações humanas evidenciam a vida em livre-arbítrio e suas consequências para a liberdade social que propiciam a vivência das diversas culturas. Neste sentido é preciso que o ser humano esteja repleto do Espírito Criador, para reconhecer que todas as pessoas são chamadas por Deus a cultivar e guardar a criação; Por isso, João Paulo II preconiza que, “A expressão ‘submeter a terra’ tem um alcance imenso. Ela indica todos os recursos que a mesma terra (e indiretamente o mundo visível) tem escondidos em si e que, mediante a atividade consciente do homem, podem ser descobertas e oportunamente utilizadas por ele.” (JOÃO PAULO II, 1981b, nº 4).

O agir desenvolve a pessoa, possibilitando as dimensões de economicidade, de sociabilidade e de parentalidade, não enquanto sistemas de controles, mas como um conjunto de conhecimento e práxis que se fazem cultura em um progresso participativo e compartilhado. Por isso, o planejamento da parentalidade é constitutivo, subsidiado e subsidiário de um projeto socioeconômico, é unir matrimônio e patrimônio como sacralidade sob a qual se unem homem e mulher à serviço do reino.

O Existir pressupõe a união do homem e mulher, cuja união, diante do planejamento da parentalidade, constitui a continuidade da vida humana, mas não como um fim em si mesmo. É na parentalidade, o local de onde nasce e jorra sem cessar o amor, que permite a misericórdia para com a família humana e, assim, as comunidades e as sociedades se elevem em respeito e alteridade, possibilitando a paz e o amor necessário para a existência humana.

1.5. AMAR OU DOMINAR

A essência administrativa, decorrente e dependente da esponsalidade com o Criador, é a resposta e respeito ao mandado/chamado de Deus à vida humana no “cultivar e guardar o Jardim” (Gn 2,15), isto é, no cuidado com a própria Casa Comum, o ambiente de vida e vivência. Triste relato, mas, “Muitas vezes foi transmitido um sonho prometeico de domínio sobre o mundo, que provocou a impressão de que o cuidado da natureza fosse atividade de fracos” (FRANCISCO, 2015, nº 116).

A essência administrativa é constitutiva da pessoa “Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem” (Gn 1,26). O Espírito de amor (ruah), que habita o íntimo de cada pessoa, propulsa a essência administrativa que contribui para educar os filhos, na tarefa dada a si mesmo de “cultivar e guardar” (Gn 2,15).

O ato de ser pai/mãe é precedido por uma atitude de irmandade, pai/mãe porque deu origem, irmão porque se tem a mesma origem e dessa forma, a identidade humana está associada à práxis de vida e vivência na obra de Deus. A parentalidade é exercida, não diante da potência de ter filhos, mas diante do ato de ser pai e mãe, e que se instiga a dar continuidade à obra criadora de Deus, “assim a tarefa fundamental da família é o serviço à vida. É realizar, através da história, a bênção originária do Criador, transmitindo a imagem divina pela geração de homem a homem” (JOÃO PAULO II, 1981a, nº 28).

E sob essa perspectiva é afirmativo que “Em cada pessoa, ‘mesmo quando se torna adulta ou idosa, quando passa também a ser progenitora ou desempenha funções de responsabilidade, por



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

baixo de tudo isso permanece a identidade de filho” (FRANCISCO, 2016, nº 188), Deus é plenamente Criador da vida humana, mediante a concepção, que acontece em processos biológicos.

O sangue derramado, e/ou que se está derramando na terra, foi antes o sangue da epifania de Deus, concepção humana. É notório que, “o matrimônio desafia a encontrar uma nova maneira de ser filho” (FRANCISCO, 2016, nº 190). É preciso a noção que se é arbitrado a viver neste mundo, no qual se escolhe viver como cocriadores e administradores da obra do Criador e, por isso, implica dizer que, “Não faz bem a ninguém perder a consciência de ser filho” (FRANCISCO, 2016, nº 188).

A essência administrativa que move o ser humano ao que não lhe é possibilitado, práxis na obra de Deus que transforma as coisas, e dá à obra um sentido da cidade celestial, na qual se vive com Deus, fala-se, “teologicamente da pessoa primeiro como ‘criatura na comunhão da criação’ e, antes de entendermos essa criatura como imagem de Deus, nós a entendemos como imagem do mundo” (MOLTMANN, 1993, p. 273).

É Deus o criador da essência da criação, ex-nihilo, enquanto ao ser humano, em primeiro lugar, a sponsalidade, e dessa a essência administrativa, que possibilita a habilidade de transformar a criação e significá-la mediante as necessidades, as possibilidades, e os subsídios na própria criação. “Todos somos filhos. E isto recorda-nos sempre que a vida não no-la demos sozinhos, mas recebemo-la. O grande dom da vida é o primeiro presente que recebemos” (FRANCISCO, 2016, nº 188).

Ao mesmo tempo em que o ser humano é criatura, cultiva o ser filho de Deus, e assume o mandado/chamado de ser o administrador e cocriador da criação, remodelando a criação à sua maneira, para entregá-la a Cristo. Todavia “o saber humano é insuficiente e as conclusões das ciências não poderão sozinhas indicar o caminho para o desenvolvimento integral do homem. Sempre é preciso lançar-se mais além: exige-o a caridade na verdade” (BENTO XVI, 2009, nº 30).

Ao ser humano foi possibilitada a essência administrativa, um Si de Deus Criador, para que se torne o Ato livre na condução da obra de Deus, ou mesmo que possa não admiti-la, destruí-la, demoli-la e demonizá-la, tudo está relacionado à prudência ou à imprudência com a qual o ser humano se envolve com a Obra.

O torpor de Adão (Gn 2,21) ainda se faz presente ao gênero humano, e muitas coisas são feitas de forma inconsciente, no caos, e no objetivo de exploração e acumulação predatória. É oportuno o que diz Cristo, “Pai, perdoa-lhes, eles não sabem o que fazem” (Lc 23,34), e não compreendem que “a felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as múltiplas possibilidades que a vida oferece” (FRANCISCO, 2015, nº 223).

A vida humana é como espelho, recebe luz e escuridão, por sua vez os espelhos só refletem o que há de luz, neutralizando o que não corresponde à luz – o caos, todavia “o que une entre si os fiéis são bem mais forte do que o que os divide: haja unidade no necessário, liberdade no que é duvidoso, e em tudo caridade” (PAULO VI, 1965, nº 92).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

Quando se enfatiza que o amor nasce na parentalidade, mas, só floresce na sociabilidade humana — “O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico” (FRANCISCO, 2015, nº 231) —, pontua-se sobre um ser humano que é responsável pelo próximo que, junto com Deus, é capaz de administrar e cocriar o reino, onde Deus será tudo em todos, para que todos sejam um.

1.6. CUIDAR DA NATUREZA É AMAR A DEUS

Deus que criou o mundo, e viu que “era bom” (Gn 1,25), pois sua obra estava completa, também criou/cria o ser humano, em um chamado/mandado à sua própria Obra, “Façamos o ser humano” e viu que “é muito bom” (Gn 1,31), pois agora daria/dá à obra completa, o devido desenvolvimento. É nesta missão que o ser humano é concebido à imagem de Deus para que em livre-arbítrio possa dar continuidade ao projeto de Deus de tornar as criaturas capazes do amor.

Esse sentimento é muito visível na expectativa humana que tem potência de contemplar e esperar, ou seja, a essência administrativa é práxis. Por vezes, depara-se com obras humanas que se misturam às obras de Deus, e provocam as maravilhas de contemplar e dizer que ‘é boa’, expressão que remete a perceber próximos de Deus nas obras humanas, que transformam as coisas possibilitadas por Deus.

Todavia, é quando se veem as obras, feitas pelas mãos humanas, em perspectiva do Reino de Deus, é que se deve aclamar como “muito bom” (Gn 1,31), pois é a certeza de que se está participando, do ato no qual Deus proclama “façamos o humano, como nossa imagem e nossa semelhança, e que eles dominem” (Gn 1,26).

Pontua-se que a parentalidade, quando se fecha em si mesma, desfaz o desejo de Deus por uma família humana; com isso se deseja afirmar que, “Para tornar a sociedade mais humana, mais digna da pessoa, é necessário revalorizar o amor na vida social – nos planos político, econômico, cultural – fazendo dele a norma constante e suprema do agir” (FRANCISCO, 2015, nº 231).

É evidente que “o objetivo dessa história da criação não é a volta a uma situação paradisíaca original, mas a revelação da glória de Deus” (MOLTMANN, 1993, p. 299), tal afirmativa se faz na observação de que não “nos iludimos de poder substituir uma beleza insuprível e irrecuperável por outra criada por nós” (FRANCISCO, 2015, nº 34), mas no sentido de transformar a criação de Deus, no próprio amor e Espírito, com o qual Deus convida todo ser humano a administrar e cocriar sua obra, por isso,

Contemplando o mundo, damos-nos conta de que este nível de intervenção humana, muitas vezes ao serviço da finança e do consumismo, faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta, enquanto ao mesmo tempo o desenvolvimento da tecnologia e das ofertas de consumo continua a avançar sem limites. (FRANCISCO, 2015, nº 34).

O trabalho transforma a natureza, mas essa transformação se volta para o próprio humano, para modificá-lo, ao modo que o trabalho é um agir no íntimo humano, é aguçar a essência administrativa. Quando se enfatiza que a essência administrativa é práxis, e que é sustentada na



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovø

esponsabilidade com o Criador, pontua-se que o ser humano é uma tarefa dada a si mesmo, para ser no mundo criado o ato administrativo de Deus.

Para Rahner, (1969, p. 147) o “afastamento do mundo e proximidade de Deus não são dois conceitos conversíveis, apesar da nossa tendência de pensar dentro de tal esquema espacial”, a vida humana é precisamente um agir amoroso na criação de Deus. O afastamento do mundo/criação é negação ao próprio Deus, pois é Deus quem possibilita ao ser humano ser partícipes de sua Obra.

O trabalho não é a fadiga do esforço físico e/ou mental, mas a própria economicidade humana que se faz no agir e contemplar da ação que possibilita direcionar o humano ao Ser. Porque “a justiça há de respeitar-se, não só na distribuição da riqueza, mas também na estrutura das empresas em que exerce a atividade produtiva” (JOÃO XXIII, 1961, nº 82). Tanto que,

Quando as estruturas, o funcionamento e o condicionalismo de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem sistematicamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste, tal sistema é injusto, mesmo se, por hipótese, a riqueza nele produzida alcança altos níveis e é distribuída segundo as regras da justiça e da equidade. (JOÃO XXIII, 1961, nº 83).

E seguindo o raciocínio, é fato que, quando o humano se coloca a transformar a obra de Deus não o faz para afastar-se do Criador, porque o ser humano, “ser livre e racional, é chamado a transformar a face da terra. Nessa tarefa, que é essencialmente a obra da cultura, tanto o homem como a mulher têm, desde o início, igual responsabilidade” (JOÃO PAULO II, 1995, nº 8).

A práxis de vida humana é um aproximar-se de Deus, na essência administrativa, de criatura livre, consciente, responsável, e que deseja fazer parte do reino, onde tudo se pode e de nada se precisa. A essência administrativa habita o mais íntimo humano, é ato que se apresenta entre a Graça e a Providência de Deus, como elemento que permite ao humano uma correspondência ativa, positiva, e livre, para com o Criador.

Na sua reciprocidade esponsal e fecunda, na sua tarefa comum de dominar e submeter a terra, a mulher e o homem não refletem uma igualdade estática e niveladora, mas tampouco comportam uma diferença abissal e inexoravelmente conflituosa: a sua relação mais natural, conforme ao desígnio de Deus, é a ‘*unidade dos dois*’, ou seja, uma ‘*unidualidade*’ relacional, que permite a cada um de sentir a relação interpessoal e recíproca como um dom enriquecedor e responsabilizador. (JOÃO PAULO II, 1995, nº 08)

Eis que “o mundo se oferece ao olhar do homem como rastro de Deus, lugar no qual se desvela a Sua força criadora, providente e redentora” (JOÃO PAULO II, 2004, nº 487), e nisso se insere a própria edificação da vida humana, que se faz/edifica em esponsabilidade com o Criador. Toda pessoa que é chamada a ser pai/mãe, também são chamadas a exercer a potência de ter filhos e realizar o projeto eterno do reino de Deus.

No exercício de ser na terra a imagem e semelhança de Deus deve-se pontuar que “não fugimos do mundo, nem negamos a natureza, quando queremos encontrar-nos com Deus” (FRANCISCO, 2015, nº 235) a perspectiva da vida é o Reino de Deus, onde a pessoa, “uma vez que, por sua natureza, necessita absolutamente da vida social, é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais” (PAULO VI, 1965, nº 25).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

CONSIDERAÇÕES

Deus fez a Criação no gesto de amor e doação, criou o ser humano à sua imagem e semelhança, para que houvesse na criação o sacramento de seu amor e fidelidade à criação. Neste sentido, a pessoa é o administrador da obra de Deus, o dom de administrar é subsidiário à Essência Administrativa, o si de Deus que habita o íntimo humano.

A Essência Administrativa é práxis, se põe a cultivar e guardar a Casa Comum, bem como a dar continuidade a vida humana, sendo fecundos e proliferando-se. Cada pessoa é capacitada a sentir-se filho de Deus e, por sentir toda a Criação, cada pessoa se sente, inteiramente responsável e, deste modo, no chamado/mandado de Deus, o ser humano é uma resposta, missão em direção ao próprio Criador.

Diante da hodiernidade, é enfático pontuar que há pessoas se dedicando mais ao Estado do que ao projeto de Deus, isso não está no sentido de que o Estado é, necessariamente, oposto ao projeto de Deus. O objetivo não é dicotomizar, mas tornar evidente a obsessão, que leva a defender a pátria acima da dignidade da pessoa. Quando os governantes e governados, apontam que o trabalho se faz em função do Estado, se desfaz a lógica do próprio amor humano de administradores da obra de Deus.

É preciso se distanciar dos projetos de absolutismos Estatais e, se dedicar à educação da consciência de pessoa e, assim, fomentar aos filhos o projeto de amor à Criação, neste sentido, se apresenta que o desenvolvimento, precisa ser, participativo e compartilhado. Enfatiza-se que, a presença, a potência e a ciência humana se fazem no propósito da onipresença, da onipotência e da onisciência de Deus.

Enfatiza-se que o ser humano é missão de amor e que por isso não tem uma missão de domínio sob a perspectiva de exploração predatória e, sob este prospecto, cuidar da natureza é cuidar da própria vida humana, é viver segundo à imagem e semelhança de Deus, que cultiva uma Casa Comum, morada dos filhos.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. **Caritas In Veritate**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2009. Disponível em http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html. Acesso em: 29 set. 2017.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2012.

BRAATEN, Carl E. A pessoa de Jesus Cristo. *In*: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. (ed). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 455-551.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Tradução: Sandra Costa. 2. ed. São Paulo: Artmed, 2002.

CLANDININ, D. Jean; CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

FRANCISCO. **Amoris laetitia**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2016. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html. Acesso em: 29 set. 2017.

FRANCISCO. **Laudato Si'**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Cartas às mulheres**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1995. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1995/documents/hf_jp-ii LET_29061995_women.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Donum Vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1987. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19870222_respect-for-human-life_po.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Evangelium vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1995. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Familiaris Consortio**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1981a. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Laborens exercens**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1981b. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO PAULO II. **Sollicitudo rei socialis**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1987. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 29 set. 2017.

JOÃO XXIII. **Mater et magistra**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1961. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 29 set. 2017.

LOVO, Odirlei Arcangelo. Alteridade humana e contingência no Reino. **Revista Caminhando**, v. 25, n. 3, p. 21-36, 2020, <https://doi.org/10.15603/2176-3828/caminhando.v25n3p21-36>.

LOVO, Odirlei Arcangelo. Potência da razão e as limitações do ato humano: ciência é esponsalidade com o Criador. **Numen - revista de estudos e pesquisa da religião**, v. 23, n. 2, 2021. <https://doi.org/10.34019/2236-6296.2020.v23.30874>.

MOLTIMANN, Jurgen. **Deus na criação**: doutrina ecológica da criação. Tradução: Haroldo Reimer; Ivoni Richter Reimer. Petrópolis: Vozes, 1993.

PAULO VI. **Gaudium et Spes**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 29 set. 2017.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

CASA COMUM: O *HOMO AD-MINISTER* QUE ADMINISTRA A CRIAÇÃO
Odirlei Arcangelo Lovo

PAULO VI. **Humanae Vitae**. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1968. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html. Acesso em: 29 set. 2017.

RAHNER, Karl. **Teologia e Antropologia**. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1969.

SANCHES, Mário Antonio; KRUM, J. C.; RIGONI, M. F.; SATO, E. S.; SANTOS, R. B.; **Planejamento da parentalidade no contexto da bioética**: busca de uma nova abordagem para pesquisa. Curitiba, PUC Press, 2015.

SPONHEIM, Paul R. O conhecimento de Deus. *In*: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. (ed). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 203-272.

SPONHEIM, Paul R. O pecado e o mal. *In*: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. (ed). **Dogmática Cristã**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1987. p. 359-454.